



Defender a Europa da Liberdade, Segurança e Justiça em tempo de Pandemia

A Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (UE) decorre em circunstâncias imprevistas e excecionais. A dimensão da pandemia global Covid-19 (100 milhões de infetados, cerca de 30 milhões na Europa) é um desafio sem precedentes à capacidade de resposta coordenada das instituições europeias e dos Estados membros e à salvaguarda dos valores essenciais da democracia e dos direitos humanos num quadro de restrições à liberdade de circulação, entre outros direitos fundamentais, reposição de controlos internos e imposição de restrições nas fronteiras externas.

O grande desafio da Presidência na área dos Assuntos Internos (AI) é afirmar a salvaguarda dos valores comuns das democracias europeias e garantir a segurança dos cidadãos no combate à pandemia. Garantir que a UE permanece um espaço de liberdade, segurança e justiça, coordenando uma resposta comum à doença, assumindo papel ativo na relação com os países vizinhos e impedindo que os mais frágeis sejam duplamente vítimas.

O Conselho Informal dos Ministros dos AI, a realizar hoje por videoconferência a partir de Lisboa, é o primeiro momento de afirmação deste compromisso em três domínios essenciais – aprofundar o debate sobre o novo Pacto sobre Migrações e Asilo, defender a área Schengen como garantia de funcionamento do mercado interno e coordenação na gestão das fronteiras externas, reforçar a cooperação policial na prevenção e combate ao terrorismo e aos fenómenos de radicalização islamita ou de extrema-direita.

Nova Agenda para as Migrações e Asilo

Em 2015, a Europa mostrou impreparação na gestão da chamada “crise dos refugiados” quando cerca de 2 milhões de pessoas atravessaram irregularmente as fronteiras externas da UE. Portugal tem-se destacado por estar ao lado de vários países, em que se destaca a Alemanha, na chamada



“coligação da boa vontade” participando em todos os programas de recolocação a partir da Grécia, Turquia e Egito, de acolhimento de menores não acompanhados ou das ações de resgate no Mediterrâneo.

Esta posição, reconhecida pelas instituições internacionais, coloca elevada responsabilidade e expectativa sobre o papel de Portugal na aproximação de posições no tema das migrações e asilo, provavelmente o mais divisivo da agenda europeia.

A proposta da Comissão Europeia de um novo Pacto sobre Migrações e Asilo foi apresentada em setembro e os primeiros meses de debate durante a Presidência alemã evidenciaram um progresso limitado marcado pelas críticas contraditórias dos países do Mediterrâneo sujeitos a maior pressão migratória e do grupo de Visegrado. A questão central passa por um adequado equilíbrio entre a responsabilidade pela gestão das fronteiras externas comuns da UE e a solidariedade na gestão da pressão migratória. A Presidência portuguesa tem dado prioridade ao diálogo com a Comissão e com os países do Sul, com destaque para Espanha, Itália e Grécia, e com os Estados mais renitentes a uma política comum de acolhimento de refugiados e migrantes, nomeadamente Polónia e Hungria.

Foi já possível distinguir entre o compromisso de empenho na discussão técnica das iniciativas legislativas sobre Migrações e Asilo e a concentração do debate político em três temas – dimensão externa da gestão das migrações, responsabilidade pelos procedimentos de controlo das fronteiras externas e solidariedade europeia no acolhimento.

Dimensão externa das migrações

Os fenómenos migratórios são uma realidade estrutural que um país de migrantes como Portugal bem conhece. O desafio demográfico de uma Europa envelhecida recomenda uma política ativa e de “banda larga” na relação com os países do norte e da costa ocidental de África combinando apoio na gestão das migrações na origem com apoio ao desenvolvimento em áreas como saúde ou acesso das raparigas à educação e programas de retorno de migrantes irregulares. A criação de canais estáveis de migração legal deve ser um contributo adicional para a repressão do tráfico de seres humanos e das redes de exploração dos mais frágeis.



Controlo das fronteiras externas

Os procedimentos harmonizados nas fronteiras externas, o reforço do papel da Frontex e a celeridade na definição do estatuto dos que chegam à UE é uma responsabilidade partilhada e que exige grande mobilização de meios para não eternizar situações de degradante limbo jurídico e humanitário como nas ilhas gregas ou em Lampedusa e se previna a sua repetição em zonas sob pressão como as ilhas Canárias. A responsabilidade deve ser partilhada não podendo recair só sob os países com maior pressão migratória.

Solidariedade no acolhimento

O acolhimento deve ter critérios estáveis repartindo a pressão sobre todos os Estados. A procura de consenso poderá passar por distinguir situações de crise e de gestão permanente, admitindo modalidades flexíveis de solidariedade para além da recolocação de refugiados e migrantes.

Schengen em tempo de pandemia

Portugal considera o Espaço Schengen uma das principais conquistas da construção europeia. Defenderemos critérios sanitários transparentes e uniformes na imposição de restrições à liberdade de circulação, a manutenção das fronteiras internas abertas e a liberdade de circulação de mercadorias e de trabalhadores transfronteiriços. Também deve existir uma abordagem comum na definição de restrições à circulação para países terceiros.

Parceria para a Segurança

A nova estratégia de combate ao terrorismo, a prevenção de fenómenos de radicalização violenta de matriz islamita ou de extrema-direita (aprendendo com os casos recentes na Áustria, França ou EUA), o aprofundamento da interoperabilidade entre as polícias europeias e a Europol dotada de um novo mandato são eixos de uma visão comum da segurança pela presidência do país mais seguro da UE.

Daremos ainda prioridade às relações com África (com o encontro ministerial sobre gestão de fluxos migratórios em maio), à nova parceria



com o Reino Unido e uma nova relação com os EUA com a cimeira de Governos nas áreas de Segurança e Justiça em junho.

Na área dos AI teremos um semestre desafiante para afirmar em tempos de crise global a primazia da segurança dos cidadãos e da defesa dos valores comuns europeus.

Eduardo Cabrita

Ministro da Administração Interna

Artigo publicado no Diário de Notícias – 28 de janeiro de 2021